

Dever de casa

Sammy
José Negreiros

A PESAR do recrudescimento da inflação neste final de ano, o presidente José Sarney passará o Natal e o Ano Novo saboreando pelo menos uma boa notícia, que embora originária do ambiente paroquial de sua terra, São Luís do Maranhão, adoçará a ceia de quem se prepara para enfrentar uma encarniçada batalha política, como a futura reforma ministerial. Na quinta-feira da semana passada, o governador Luís Rocha desembarcou em Brasília para lhe comunicar que reunirá as principais bases eleitorais do estado e lançará um slogan que obteve boa acolhida: "União pelo Maranhão", uma espécie de Aliança Democrática local com vistas às eleições o ano que vem.

Diante de 100 prefeitos, representantes de diferentes correntes dentre as que apóiam Sarney, Rocha convidou a um esquecimento do passado, pregou o fortalecimento do sarneísmo e propôs uma fórmula de conciliação para a escolha do futuro governador. Ou seja, uma alternativa de unidade para escapar ao impasse em que as forças eleitorais do estado se meteram após a derrota do presidente na disputa pela prefeitura de São Luís, em 15 de novembro. No auditório estavam representantes do senador João Castelo, arquiinimigo de Sarney e cuja mulher, Gardênia, foi recém-diplomada como prefeita de São Luís.

O presidente aprovou a iniciativa de Rocha e revelou que em 86 não pretende interferir diretamente na campanha, delegando ao governador a liderança de um processo com o qual este teria mais intimidade. Mas, na verdade, o que mais o tranqüilizou foi a retomada de um contato e o retorno a um relacionamento do qual estava afastado desde a vitória da Aliança no Colégio Eleitoral. Rocha demorou a entrar no PFL, discordou do expurgo de malufistas no estado e em troca foi afastado da campanha municipal pelo grupo do candidato Jayme Santana, sob a alegação irresponsável de que sua impopularidade é recorde na ilha de São Luís.

Como político que não gostaria de ficar fora do páreo em 86, contudo, oferece hoje ao presidente uma alternativa, capaz inclusive de tornar governável a situação municipal, na qual a posse de Gardênia na prefeitura instalará uma polaridade entre velhos compadres, como Castelo e Sarney. Além da reforma ministerial, da Constituinte e de eleições gerais, 86 será também o ano em que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, pretende cobrar dos estados nordestinos dívidas que só Sergipe e Pernambuco estão em condições de pagar. E Gardênia, à frente de um município, mal terá recursos para quitar a folha de pagamento de fevereiro. Isto é, também a Castelo, candidato à sucessão de Rocha pelo PDS, interessa a "União pelo Maranhão".

Rocha comoveu o presidente quando lembrou, na conversa da semana passada, que ele não pode iniciar a operação de tal complexidade política, como a reforma ministerial, sem antes ter feito um gesto de boa vontade em relação a sua própria terra. Caso contrário, como poderá cobrar a pacificação de tribos em pé de guerra — como São Paulo ou Pernambuco — se em sua própria "casa de ferreiro o espeto é de pau"? Primeiro seria preciso cumprir o dever de casa. O malufismo, o único adversário de Sarney no Maranhão às vésperas do Colégio, não seria impedimento para tanto. Afinal, o senador Alexandre Costa e o Deputado Edison Lobão, as duas principais estrelas dessa corrente derrotada a nível federal, já foram reintegrados na convivência do Palácio do Planalto. Resta, então, uma cartada definitiva, a tempo de consolidar uma posição vitoriosa em 86.

A eleição municipal não foi uma boa experiência para o grupo de Sarney. Guardando as diferenças, São Luís repetiu a experiência paulista: onde uma força conservadora — de Castelo — obteve sucesso graças à divisão de seus adversários. Rocha foi excluído e por isso perdeu a motivação; o PMDB local abriu mão de seu campeonato de votos, deputado Epitácio Cafeteira, e praticamente desapareceu do mapa eleitoral; e um grupo renovador do sarneísmo, reunido em torno de Santana, não teve fôlego para impedir que o PDS preservasse um terço dos votos, com os quais Gardênia foi eleita.

No momento, nos comandos municipais, quem paga o aluguel da sede é o PDS, mas o PFL atraiu seus militantes graças à influência da máquina estadual. Só que ninguém tem segurança às vésperas de uma eleição proporcional. Se Sarney acreditar na união local, isso equivaleria, na prática, ao desaparecimento da única posição que lhe desafia, a de Castelo, pois o presidente nunca perdeu uma eleição fora da capital. E a emoção da política maranhense se resumiria em saber quem seria o candidato ao governo: Cafeteira, um profissional que vacilou em novembro; José Reinaldo, ministro da Sudene e "filho mais velho" de Sarney; ou José de Souza Teixeira, chefe do Gabinete Civil e o preferido de Rocha?